

“NOVOS” DISCURSOS SOBRE O TRABALHO?

REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE GRADUANDOS EM ADMINISTRAÇÃO

SPEECHES ABOUT WORK? REFLECTIONS ABOUT THE CONCEPTS OF STUDENTS IN
MANAGEMENT

NUEVOS DISCURSOS SOBRE EL TRABAJO? REFLEXIONES SOBRE LAS CONCEPCIONES DE
GRADUANDOS EN ADMINISTRACIÓN

Ana Cristina Batista dos Santos

anamairton@hotmail.com

UFERSA

Luciana Holanda Nepomuceno

luciananepomuceno@gmail.com

UFERSA

Monique Fonseca Cardoso

moniquefc@gmail.com

UEPB

Leia Mara de Menezes

leia_maramenezes@yahoo.com.br

UFERSA

"NOVOS" DISCURSOS SOBRE O TRABALHO? REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE GRADUANDOS EM ADMINISTRAÇÃO¹

Resumo

O momento histórico atual configura, numa perspectiva sociológica, o que Bauman (2001) chama de modernidade líquida ou fluida, ou, do ponto de vista econômico, tempo de capitalismo flexível. Nesse contexto, os administradores figuram como agentes históricos de destaque, ocupando posição peculiar na relação capital-trabalho, já que são trabalhadores que servem à acumulação do capital (COVRE, 1982). Entendendo a universidade como um dos lócus de formação da mão-de-obra gerencial, em nível técnico e ideológico, considera-se relevante conhecer o ideário dominante na formação do administrador. Diante disso, este trabalho integra uma pesquisa que busca compreender as representações de estudantes de Administração acerca de dimensões estruturantes de sua formação, como trabalho, organizações, administração, administrador e universidade. A escrita deste artigo focou no objetivo de identificar as representações que um grupo de estudantes de Administração associa à dimensão "Trabalho". Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utilizou de um instrumento escrito, respondido por 56 estudantes. Na análise dos dados, foi empregada a técnica hermenêutico-dialética. Como resultados, emergiram os temas "processo individual" e "imperativo social". A narrativa-síntese dá-se em torno das relações homem-mundo, explicitando tensões típicas das relações dialéticas próprias aos dois temas emergentes e, teoricamente, converge com a temática sobre a centralidade (dialética) do trabalho. Ao mesmo tempo, atenta-se para o silêncio discursivo em torno do trabalho na flexibilidade, concluindo-se que os estudantes ainda adotam um discurso predominantemente moderno em suas representações de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Representações; Estudantes de Administração.

Abstract

The current historical moment configures, under a sociological perspective, what Bauman (2001) refers to as liquid or fluid modernity, or, under an economics point of view, a time of flexible capitalism. In this context, business administrators figure as historical agents of great importance, occupying a peculiar position in the capital-work relation, since they are workers that serve the accumulation of capital (COVRE, 1982). Understanding the university as one of the locus of formation of management workforce in a technical and sociological level, it is considered relevant to know the dominant ideas in the formation of the business administrator. Based on this, this work integrates a research that seeks to understand the representations of business administration students regarding the structuring dimensions of its formation, such as work, organizations, administration, administrator and the university. The writing of this article focused on the objective of identifying the representations that a group of business administration students associate to the

¹ Texto originalmente publicado nos anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET, 2011).

"Work" dimension. Methodologically, it is a qualitative research, using a written instrument answered for by 56 students. In the data analysis, a hermeneutic-dialectic technique was used. As a result, the themes of "individual process" and "social imperative" have emerged. The synthesis-narrative happens around the man-world relationships, making explicit typical tensions of the two emerging themes, and, theoretically, converging with the centrality (dialectic) theme of the work. At the same time, it is important to take notice of the discursive silence around the flexibility work, concluding that the students still adopt a predominantly modern speech in their work representations.

Keywords: Work; Representations; Business Students

Resumen

El momento histórico actual configura, en una perspectiva sociológica, lo que Bauman (2001) llama de modernidad líquida o fluida, o, del punto de vista económico, tiempo de capitalismo flexible. En ese contexto, los administradores figuran como agentes históricos de destaque ocupando posición peculiar en la relación capital-trabajo, ya que son trabajadores que sirven a la acumulación de capital (COVRE, 1982). Entendiendo la universidad como uno de los lóculos de formación de la mano de obra gerencial, en nivel técnico e ideológico, se considera relevante conocer el ideario dominante en la formación del administrador. Frente a eso, este trabajo integra una investigación que busca comprender las representaciones de estudiantes de Administración acerca de dimensiones estructurantes de su formación, como trabajo, organizaciones, administración, administrador y universidad. La escrita de este artículo enfocó el objetivo de identificar las representaciones que un grupo de estudiantes de Administración asocia a la dimensión "Trabajo". Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, que se basó en un instrumento escrito, respondido por 56 estudiantes. En el análisis de los datos, fue empleada la técnica hermenéutico-dialéctica. Como resultados, emergieron los temas "proceso individual" e "imperativo social". La narrativa-síntesis se da en el entorno a las relaciones hombre-mundo, explicitando tensiones típicas de las relaciones dialécticas propias a los dos temas emergentes y, teóricamente, converge con la temática sobre la centralidad (dialéctica) del trabajo. Al mismo tiempo, se atenta para el silencio discursivo con relación al trabajo en la flexibilidad, concluyéndose que los estudiantes aún adoptan un discurso predominantemente moderno en sus representaciones de trabajo.

Palabras clave: Trabajo; Representaciones; Estudiantes de Administración.

1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem sido descrita como tempo de intensas e rápidas mudanças, de processos de rupturas, descontinuidades e incertezas, tais como reestruturação do capitalismo, flexibilidade nas instituições, enfraquecimento dos movimentos dos trabalhadores, interdependência das economias mundiais e difusão de novas tecnologias. Configura o momento histórico atual, numa perspectiva sociológica, o que Bauman (2001) chama de modernidade líquida ou fluida, que, desde o ponto de vista econômico, é narrada como tempos de capitalismo flexível (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; HARVEY, 2008; SENNETT, 2006; 2007). No contexto das relações de produção, tais mudanças são assimiladas e reproduzidas de maneira intensificada.

No cerne dessas mudanças encontram-se os administradores, trabalhadores que, conforme afirma Covre (1982), servem à acumulação do capital, figurando entre seus principais agentes históricos. Pressupondo, então, os administradores como trabalhadores que ocupam posição peculiar na relação capital-trabalho e as escolas de administração e as organizações de trabalho como os lócus de formação da mão de obra gerencial, em níveis técnico e ideológico, este estudo considera relevante conhecer o ideário dominante na formação do administrador e o faz a partir do discurso do aprendiz.

O texto apresenta resultados de uma pesquisa em andamento na qual se pretende compreender as concepções de estudantes universitários de administração, acerca de cinco dimensões estruturantes de sua formação, e mutuamente interligadas, a saber: trabalho, administração, administrador, universidade e organizações. A escrita do presente texto foca a compreensão das concepções dos sujeitos sobre a dimensão trabalho. O foco recai sobre as concepções de tal dimensão partindo-se do entendimento de que as formas como esses alunos concebem e conceituam trabalho guardam relação com as mudanças em curso e com sua formação. O termo concepção é utilizado aqui em seu sentido filosófico, isto é, "[...] operação pela qual o sujeito forma, a partir de uma experiência física, moral, psicológica ou social, a representação de um objetivo de pensamento ou conceito" (JAPIASSU; MARCONDES, 2008, p. 51). Nesse sentido, busca-se compreender as concepções de administração de discentes de administração de uma universidade pública de um estado do Nordeste brasileiro, entendendo que tais concepções são tecidas nas experiências - objetivamente e subjetivamente - vividas.

Após esta introdução, o texto se estrutura em cinco partes. A parte dois revisa a literatura sobre trabalho, abordando sua evolução histórica, as características no âmbito do capitalismo flexível e

seus sentidos contemporâneos. A terceira parte detalha o percurso metodológico realizado durante a pesquisa de campo, seguida da quarta parte que apresenta a análise dos resultados. A quinta parte traz a discussão dos autores sobre as informações analisadas, seguida das considerações finais, que integram a sexta e última parte do texto.

2 TRABALHO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO

A categoria trabalho tem demandado estudos nos mais diversos campos do conhecimento, constituindo-se como tema de cunho multidisciplinar, interesse que é de áreas diversas como sociologia, psicologia, educação, engenharia de produção e administração. Entretanto, a intensidade desses estudos não traz a marca da consensualidade.

Há, como Offe (1989), os que questionam até mesmo a centralidade dessa categoria no contexto atual, argumentando que não se trata mais de indicá-la, conforme antes, como o mais importante princípio organizador das estruturas sociais e que, portanto, estaria em declínio o modelo de pesquisa social nela centrado. Por outro lado, há aqueles que entendem o trabalho como uma dimensão epistemológica e praxiológica fundamental. Albornoz (2008) afirma que o trabalho faz parte da história humana, não só nas formas de trabalho que surgiram ao longo dos séculos, mas por ele ser modificador do próprio homem, por mediar a constituição da sua identidade e a construção permanente da sociedade. Antunes (2003; 2005) entende o trabalho como instância de mediação das relações homem-natureza, homem-homem e homem-cultura, sendo, portanto, categoria cuja centralidade se dá nas esferas social, política e econômica.

Este artigo concorda com a proposição de Bauman (2001, p. 15), o qual afirma que o trabalho é um daqueles "[...] conceitos básicos em torno dos quais as narrativas ortodoxas da condição humana tendem a se desenvolver". Além disso, considera que o trabalho não é uma atividade humana universal, imutável e trans-histórica. Pelo contrário, esse conceito assume formas e significados característicos em diferentes tipos de sociedade e em diferentes épocas (WILLIS, 1991). Nesse sentido, para compreensão das concepções de trabalho na atualidade, julga-se necessário entender como se deu o processo de formação de seus sentidos no decorrer da história.

Assim, historicamente, o primeiro estágio do trabalho humano se dá na economia isolada e extrativista por meio do esforço complementar do homem no uso da natureza. O homem, com o auxílio dos seus instintos, colhe, pesca e caça para sua própria subsistência (ALBORNOS, 2008). Já, na antiguidade clássica, o trabalho é caracterizado como labor, que, segundo Arendt (2007),

corresponde ao conceito de animal laborans, aquele que realiza servilmente um conjunto de atividades via utilização de seu corpo para garantir a sua própria sobrevivência. Laborar significava "[...] ser escravizado pela necessidade, escravidão essa inerente às condições da vida humana" (ARENDR, 2007, p. 95). Dessa forma, o trabalho era a atividade realizada por aqueles que estavam em condição de privação da liberdade, estando seu sentido associado a sofrimento e infortúnio (WOLEK, 2008).

Na Idade Média, com o advento do sistema de produção feudal, as relações entre senhores e servos estavam fundamentadas em obrigações mútuas, porém desiguais. Ao senhor cabia proteger os servos de ataques, os servos tinham por obrigações prestar serviços e entregar ao senhor parte da produção agrícola (ARAÚJO, 2005). Por influência da Igreja e devido à fase transitória em relação ao modo de produção, o sentido do trabalho nessa época passou por duas fases distintas, as quais contribuíram para sua significação na atualidade. Inicialmente, o trabalho ainda guardava resquícios da concepção clássica, sendo tomado como sacrifício, como punição para expiação dos pecados.

Com o surgimento dos núcleos de produção de artesanato e o desenvolvimento das atividades artesanais, juntamente com o grau de acumulação gerado na economia feudal, houve crescimento da atividade mercantil. Isso possibilitou o crescimento da atividade mercantil, concentrada nas cidades. Esse novo processo de trabalho implica um novo trabalhador, o homo faber, entendido como o que usa o seu corpo livremente e utiliza suas mãos como instrumentos primordiais para produção de objetos de uso que se caracterizam pela durabilidade. Na transição entre o mercantilismo e capitalismo, o trabalho passou a ser exaltado como caminho para a salvação, de forma a evitar a dicotomia entre vida material e espiritual. Dessa forma, é agregada ao sentido do trabalho uma conotação moral, a qual iria dar suporte ao modo de produção que se formava: o capitalista (BENDASSOLLI, 2007; WILBERT, 2002; SAVIANI, 2010).

Assim, nos primórdios da modernidade, a existência de capital acumulado e de uma classe de trabalhadores livres e sem propriedade possibilitou o início da indústria, fazendo surgir dois tipos de homens livres: o trabalhador livre assalariado que, para sobreviver, vende sua força de trabalho, e o capitalista, detentor dos meios de produção (ARAÚJO, 2005). Nesse contexto, o trabalho passa a assumir papel central na organização da sociedade e na formação do indivíduo. É na modernidade que o trabalho ganha importância em relação à vida do homem em sociedade. Racionalizado por

meio do modo de produção vigente, o trabalho torna-se uma atividade institucionalizada e, assim como o capitalismo, passa por diversas transformações e (re-)significações radicais (RAMOS, 2009).

A mudança mais relevante ocorre quando o trabalho deixa de ser tomado como ação de transformação da natureza para benefício da vida humana e torna-se meio para acumulação de capital. Essa alteração carrega em si duas faces paradoxais (ou dialéticas). Por um lado, seu valor é exaltado na sociedade, e seu conceito ganha status de categoria-chave para a vida social. Por outro lado, o trabalho também se torna fonte de estranhamento por parte do trabalhador, que perde o controle sobre os meios de produção, sobre o tempo de execução e sobre o resultado final das atividades que realiza (ALBORNOZ, 2008; ANTUNES, 1999; BORGES, 1999). Assim, o exercício do trabalho fica submetido a premissas mais convergentes com as exigências produtivas, tais como a racionalização e as diretrizes científicas (RAMOS, 2009).

Diante disso, ganham relevância e eficiência histórica os estudos de tempos e movimentos de Taylor e o sistema fordista de produção (BENDASSOLLI, 2007; RAMOS, 2009). O binômio taylorismo-fordismo baseava-se na padronização, na divisão, intensificação do ritmo, repetição e especialização do trabalho. A alienação dos trabalhadores faz o trabalho esvaziar-se de sentido e ser associado à rotina entediante e ao sofrimento (FARIA, 2004).

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o modelo fordista começa a apresentar sinais de decadência, tais como a queda da produtividade e consequente perda da competitividade da indústria americana (FARIA; KREMER, 2004). Para fazer frente a diminuições na produtividade, buscou-se eliminar a resistência dos trabalhadores aos efeitos da rigidez do sistema taylorista-fordista. Procura-se a eliminação da rotina e um arcabouço de mecanismos em busca da flexibilidade (FARIA, 2008; HARVEY, 2008; SENNETT, 2007).

Assim, emergem novas formas de gestão e controle do trabalho e a ampliação da exploração da força de trabalho, obtida, sobretudo, por meio da mais-valia relativa (inovação tecnológica) e da mais-valia absoluta (ampliação do ritmo de trabalho). Da crise do capital e do processo de reestruturação, que emergiu a partir dessa crise, surge uma nova fase do capitalismo denominado por Sennet (2002) capitalismo flexível. Segundo Abramides e Cabral (2003), para o capital, o regime de acumulação flexível se apresenta não apenas como uma forma de maior exploração do trabalhador; ele torna-se também um meio de o capital exercer maior controle sobre a força de trabalho.

Diante desse cenário, a concepção contemporânea do trabalho o toma como instrumental e busca atacar a rotina via flexibilização, horizontalização, instabilidade e facilitação do trabalho proporcionada pela tecnologia (BORGES, 1999; SENNET, 2002). O capital, em sua nova fase, busca envolver mais forte e intensamente a subjetividade dos trabalhadores, por meio da apropriação cada vez mais crescente de sua dimensão intelectual e das suas capacidades cognitivas. No processo entre o operário e a máquina, parte do saber intelectual do operário é transferida para as máquinas, que se tornam mais inteligentes à medida que reproduzem uma parcela das atividades que lhes foram transferidas via saber intelectual do trabalho (ANTUNES, 2002). E como a máquina não pode eliminar o trabalho humano, isso faz com que ela acabe necessitando de uma maior interação com a subjetividade do trabalhador, o que acarreta o “[...] estranhamento e a alienação do trabalho, amplia as formas modernas de reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada” (ANTUNES, 2002, p. 43).

As transformações ocorridas no mundo do trabalho em época de capitalismo flexível fazem surgir um debate em torno da sua centralidade (ANTUNES, 2003; ALBERTON, 2008; MAAR, 2006). Para Gorz (2003), no capitalismo, o trabalho torna-se, tanto para o trabalhador, quanto para o proprietário uma forma de ganhar dinheiro, não sendo, dessa forma, uma atividade com fim em si mesma. No sistema capitalista, o trabalho não é tido como um meio de liberdade, uma vez que não permite ao homem realizar suas atividades autônomas. Para esse autor, o fim do trabalho significaria a garantia da liberdade ao indivíduo, já que o homem teria tempo para se tornar senhor do seu próprio corpo, o que não significaria trabalhar menos para descansar mais, porém, trabalhar menos para viver mais. Segundo Gorz (1987), com o aumento da automatização, o processo do fim do trabalho parece acelerar-se em decorrência da diminuição cada vez maior dos postos de trabalho.

Contrariando as ideias dos que defendem o fim do trabalho, Antunes (2008) considera que o trabalho não perdeu a sua centralidade uma vez que as mudanças ocorridas na forma de acumulação do capital, à medida que levaram a uma intensificação das formas de exploração do trabalhador subordinados ao sistema capitalista (ANTUNES, 2008), provocaram não o fim do trabalho como medida de valor, mas causaram uma mudança qualitativa no trabalho, expressa, “[...] por um lado, pelo peso crescente da sua dimensão mais qualificada, do trabalho multifuncional, do operário apto a trabalhar com máquinas informatizadas, da objetivação de atividades cerebrais” (ANTUNES, 2008, p. 199). “Em vez do fim do valor-trabalho, pode-se constatar uma inter-relação acentuada das formas

de extração da mais-valia relativa e absoluta que se realiza em escala ampliada e mundializada" (ANTUNES, 2008, p. 199).

Ainda, segundo Antunes (1999), o trabalho na sociedade capitalista é tido como assalariado e alienante. O sentido anterior do trabalho como forma de realização produtiva e reprodutiva foi transformado. À medida que passa a ser usado pelo capital apenas como um meio de acumulação, perde o seu sentido anterior de criação de coisas úteis para a realização humana. Sobre o novo sentido do trabalho na sociedade capitalista, Antunes (2005) afirma que ele resulta na desrealização do ser social.

3 CAMINHO DA PESQUISA

A fim de alcançar o objetivo proposto e compartilhando com Aktouf (2005, p. 152) a ideia de que a "[...] ciência é feita para compreender", realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista que ela visa ao "[...] aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória" (GOLDENBERG, 1997, p. 14). A pesquisa enfatizou os processos de significado que não podem ser experimentalmente medidos em termos de quantidade, intensidade ou frequência (DENZIN; LINCOLN, 2000).

O instrumento empregado (anexo) buscou fazer emergir os discursos dos alunos de administração sobre trabalho. Considerou-se que, ao formularem teorias desvinculadas de sua própria prática, os sujeitos concebem concomitantemente uma concepção de mundo no qual tudo se torna possível (FARIA, 2004), e as contradições são diluídas e/ou escamoteadas. Teorias advindas de tais discursos ajudam a reproduzir sentidos que já estão dados e sobre os quais nada se pode questionar (ENRIQUEZ, 1999). Mas esses discursos domicíliam, também, além das restrições apresentadas, novas possibilidades na construção de um sentido a ser compreendido (FARIA e KREMER 2004,). Assim, o que se busca é o mais além do discurso. Esse estudo se sustenta: 1) pela força do relacionamento comunicacional, o ato próprio de pesquisa viabilizado pela capacidade do outro de expressar sua experiência real de vida como forma e conteúdo para gerar abstrações conceituais e achados teóricos (ALBANDES-MOREIRA, 2002). De outra forma: "[...] a pesquisa é mantida também pelo Outro e seu discurso; não há uma preocupação com a realidade evocada pelos relatos, importando, principalmente, os modos de ver que se revelam no discurso [...] já que qualquer fala é ipso facto profundamente correta,

a atenção recai sobre o que subjaz à elocução (LAVIE, 2001, p. 7); e 2) pela força rica e expressiva do contexto em que o material empírico é coletado; não no sentido reducionista da ação do pesquisador como um arqueologista descobrindo dados encobertos por pessoas e fatos, mas no sentido de que a vida real, imperativa ela própria, é o assunto do qual a visão de mundo de cada um é feita, e no discurso isso se manifesta (ALBANDES-MOREIRA, 2002).

Assim, "[...] a miragem de todo modo de ver decorre do fato de um modo de ver só ganhar sentido por um modo de dizer [...] a imagem toma o sentido de sua enunciação. Nossa visão de mundo é a busca do discurso que nos vincula a ele" (LAVIE, 2001, p. 8).

Os sujeitos pesquisados são os alunos dos terceiro, quinto e sétimo semestres do Curso de Administração de uma universidade federal sediada no Nordeste brasileiro. Esses semestres, dos nove cursados naquela instituição, foram escolhidos para abranger uma parcela significativa dos momentos formativos dos alunos. O instrumento foi aplicado em sala, nos horários de aula, com prévia anuência dos professores. Foi inicialmente apresentada, de forma breve, a pesquisa e seus objetivos e solicitou-se que os alunos respondessem ao instrumento. Não houve negativas, totalizando 56 instrumentos respondidos.

As respostas foram integralmente transcritas pelos pesquisadores e a análise empreendida pela vivência de um processo de leitura-imersão-categorização-discussão em grupo – recategorização – compreensão, em que as falas dos sujeitos pesquisados determinaram as categorias base da análise. O discurso dos entrevistados foi tratado como uma totalidade e procurou-se desvelar a lógica discursiva, as contradições emergentes e o uso de ferramentas discursivas (definições, analogias, transferência de conceitos, metáforas e alegorias). A análise realizada foi do tipo hermenêutico-dialética, a qual visa transcender os aspectos meramente procedimentais associados a técnicas como a análise de conteúdo e análise de discurso, e se propõe como um caminho do pensamento (MINAYO, 2002, 2004). A técnica preserva da hermenêutica a possibilidade de interpretação dos sentidos que perpassam os discursos e investe no método dialético para compreendê-los em face das contradições e totalidade da práxis social, historicamente manifestas: "[...] enquanto a hermenêutica penetra no seu tempo e através da compreensão procura atingir o sentido do texto, a crítica dialética se dirige contra seu tempo. Enfatiza a diferença, o contraste, o dissenso e a ruptura de sentido." (MINAYO, 2004, p. 227). A técnica se operacionaliza pelo constante movimento pendular entre subjetividade-objetividade, indivíduo-sociedade. De uma escuta atenta e metódica, a reflexão sobre

as informações coletadas em campo conduziu ao aporte das compreensões de Orlandi (1991) sobre os sentidos que se movimentam no silêncio. Reconhecendo o caráter de incompletude da linguagem, em que "[...] todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer" (ORLANDI, 1991 p.12), a autora advoga a ideia de que, com procedimentos reflexivos, é possível compreender o silêncio.

Por razões de espaço, este texto apresenta apenas alguns excertos representativos da narrativa dos alunos; e o faz em quadros, ao longo da análise, com códigos ao final de cada fala. Os códigos apresentam dois números em que o primeiro se refere à identificação do período do respondente (3º, 5º ou 7º), e o segundo número é o código atribuído ao respondente para garantir o anonimato.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

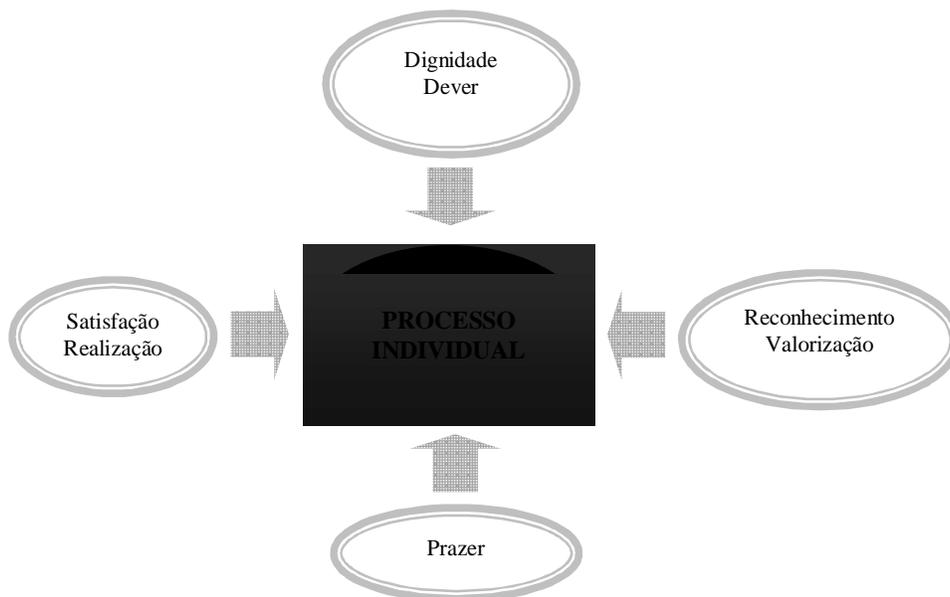
O processo analítico da narrativa totalizante sobre o objeto de estudo permitiu a identificação de variadas unidades de sentidos que, em conjunto, são estruturantes dos temas que norteiam esta análise, a saber: processo individual e imperativo social. Estes temas são aqui apresentados e discutidos como dimensões empíricas, posto que emergentes dos dados coletados em campo e, não, de dimensões teóricas escolhidas aprioristicamente. Na sequência da análise, os resultados são discutidos mediante diálogo entre as dimensões empíricas e uma dimensão teórica para a qual as dimensões empíricas tendem a convergir neste estudo. Os temas são aqui analisados em suas tensões dialéticas, pelo exercício analítico de tentar compreender como esses sujeitos falam sobre o trabalho a partir da totalidade e das contradições em que, tanto o trabalho, quanto suas existências se inserem.

De maneira geral, os alunos tendem a esposar uma visão diacrônica do trabalho, e não se furtam de circunstanciá-lo historicamente e de pontuar as mudanças pelos quais eles percebem que ele passou ao longo da história da humanidade.

4.1 Trabalho como processo individual

De forma bastante expressiva e consistente, os sujeitos da pesquisa falam sobre o trabalho privilegiando seu processo individual com ele. A síntese gráfica deste tema é apresentada na figura 1.

Figura 1 – Dimensão empírica: processo individual



Fonte – Elaborada pelos autores

Como expresso nas falas constantes no quadro 1, de maneira geral, os sujeitos tendem a valorar positivamente o trabalho, associando-o a aspectos morais como dignidade e dever. A palavra dignidade que, segundo Houaiss (2001), é uma “[...] qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; honra, autoridade, nobreza”, emerge de maneira consistente na narrativa, como aquela que melhor definiria, para eles, o trabalho (A1, A2, A3). Esta dignidade atrelada ao trabalho é, segundo os sujeitos, expressão de cidadania, importância e utilidade (A1, A3, A5). Por vezes, eles incorrem numa coisificação discursiva do trabalho, ao tratarem-no metaforicamente em termos sistêmicos instrumentalizantes – trata-se de uma “ferramenta” (A2), pondo a dignidade humana como fim desse trabalho tomado como meio (A2). Eles transitam entre a perspectiva do trabalho ser em si mesmo dignidade (A1) e, numa outra compreensão, ser ele o meio para obtenção daquela, numa perspectiva de funcionalidade (A2). Convergentemente, os alunos narram o trabalho como um tipo de dever moral que garantiria, não só a dignidade ao homem, este tomado como cidadão, mas a sua própria possibilidade de existência (A3), de enobrecimento (A4), e de vida justa na sociedade (A5).

Quadro 1 – Tema processo individual (unidades de sentido: DIGNIDADE, DEVER

Falas estruturantes
A1. Se eu pudesse definir em uma palavra o que para mim significa trabalho, digo que é dignidade. O trabalho é um esforço empregado em alguma atividade. Acredito que o homem se sente um ser digno quando pode oferecer seus serviços para um fim, seja ele remunerado ou não. Ele se sente aproveitável, importante, útil, além de estar exercendo o seu direito de cidadão (5/8)
A2. Hoje, após anos de evolução, acredito que o trabalho se constitui como <i>uma ferramenta</i> de dignidade do homem, na medida em que este garante seu sustento e realização pessoal e profissional (5/3)
A3. O trabalho é dever do cidadão tem como existência para viver uma vida digna. Assim, o trabalho é dever de cada um tem um pedacinho nenhum de si, sem ele o homem não existe na face da terra (3/20)
A4. [O trabalho] torna-o [homem] nobre em suas convicções, em suas conquistas e em aspectos sociais e humanos (7/1)
A5. O trabalho se torna a fonte mais justa de se conseguir o sustento da família. (3/7)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Também integra de maneira contundente o tema processo individual a unidade de sentido prazer, conforme falas constantes no quadro 2. É interessante observar que eles defendem a possibilidade da felicidade pessoal mediada pelo trabalho, e condicionam tal possibilidade à posse de um ofício gerador de prazer (A6). Eles estabelecem, então, uma relação de causalidade entre ofício-prazer e felicidade. Contudo, também destacam que a ideia do trabalho como prazer é apenas um dos sentidos que ele pode assumir, pois ele, o trabalho, se manifesta individualmente e socialmente pela tensão entre obrigação e prazer (A7). Os sujeitos localizam essa tensão na relação entre o trabalhador – ser humano que trabalha – e o ambiente em que ele está inserido, reconhecendo a complexidade inerente ao trabalho (A8). Ainda, eles qualificam esse prazer no trabalho pela dialética prazer-sofrimento e, novamente, o fazem evocando a relação dessa tensão com o ambiente em que se passa esse trabalho (A9). Tal como emergiu nas unidades de sentido dignidade e dever, também em relação ao prazer-sofrimento, os alunos recorrem a uma metáfora sistêmica para acomodar o trabalho, em que ele é narrado como um exercício de funções (A9), evocando a lógica do prazer pela funcionalidade dentro de um ambiente, donde a função é que favorece a competência dos ocupantes e, não, o contrário.

Quadro 2 – Tema imperativo social (unidade de sentido: PRAZER)

Falas estruturantes
A6. O individuo entendeu que é totalmente possível encontrar felicidade, realização propriamente desde que se tenha como ofício algo que lhe dê prazer (3/18)
A7. A palavra trabalho pode ter vários sentidos: pode ser algo que se faz por obrigação, por prazer, pelas duas coisas... ou mesmo aquilo que nem se imaginava fazer parte de nossas vidas (5/20)
A8. O trabalho envolve o ser humano, o ambiente em que se insere e a relação entre ambos. Dessa relação surge a complexidade do trabalho, que pode ser encarado pelo ser humano apenas como fonte de recursos, como algo agradável ou como gerador de conflitos (5/1)
A9. Tem-se sempre em mente o trabalho como algo ruim, doloroso, árduo, em fim, um sofrimento, mas o sentido do trabalho não se resume a isso. O trabalho pode ser, também, prazeroso, causar bem estar, para isso, faz-se necessário estar em um ambiente agradável, exercendo funções as quais favorecerão as competências de seus ocupantes. (7/9)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Unidades de sentido como realização e satisfação foram bastante recorrentes na narrativa totalizante do alunado, conforme quadro 3. Alguns colocam a realização como alvo, como finalidade, sendo o trabalho um caminho que torna tal realização possível. Eles tendem a tratar a realização de maneira segmentada, distinguindo o pessoal do profissional (A10). Assim, o trabalho emerge como algo que concorre para os dois tipos de realização almejados. Por vezes, a realização aparece numa situação de igualdade ou de sinônimo direto do trabalho, em que este possibilitaria o crescimento e desenvolvimento, em diversas esferas, daquele que trabalha (A11). Convergentemente à realização, os alunos também defendem que o trabalho pode lhes permitir satisfação (A12), sendo esta última narrada como um tipo muito específico de remuneração desse trabalho. Por outro lado, nessas unidades de sentido, as contradições emergem pelas vias da insatisfação, a qual eles circunstanciam no contexto da exploração do trabalho, e a apontam como causadora de um mau desenvolvimento (A13).

Quadro 3 – Tema imperativo social (unidades de sentido: REALIZAÇÃO, SATISFAÇÃO)

Falas estruturantes
A10. Penso que trabalho é um caminho para realizações pessoais e profissionais (5/4)
A11. [Título dado ao texto: Trabalho = Realização]. O trabalho representa uma atividade na qual o ser humano consegue se desenvolver, crescer profissionalmente e, acima de tudo, conquistar a tão sonhada independência financeira. O mesmo também permite o contínuo aprendizado, o desenvolvimento constante de habilidades, competências, além do crescimento mental e pessoal (7/5)
A12. Há trabalho que não visa receber algo em troca, é exercido por prazer ou com propósito de ajudar a sociedade e o meio ambiente. Nesses casos o que se recebe é a satisfação de ajudar (3/12)
A13. Podemos analisar o trabalho de outra forma, o mesmo muitas vezes é muito explorado causando insatisfação e assim o desenvolvimento não será bom (7/11)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Finalmente, o tema processo individual emerge por meio de falas estruturantes (e estruturadas) a partir das unidades de sentido valorização e reconhecimento, conforme quadro 4. Aqui, a importância do trabalho é novamente destacada, bem como a possibilidade do desenvolvimento de habilidades do trabalhador, por meio do trabalho. Ressalte-se o fato de a valorização ser posta em termos de sentimento – trata-se de sentir-se valorizado – a partir de um sentir-se importante para algo, e isto ligado à dimensão estética, sensível, do seu trabalho, isto é, a partir daquilo que se consegue mostrar (A14); donde se põe em relevo a visão do trabalho, não como um fim em si mesmo, mas sob a lógica da instrumentalidade, daquilo para que serve ao ser visto. A ideia de reconhecimento emerge relacionada a duas dimensões: uma mais exterior e relacional, isto é, o ser reconhecido pelo(s) outro(s) (A14, A15); e outra mais do âmbito do indivíduo-ele mesmo, no sentido do processo de identificação pessoal por meio do trabalho, em que os alunos metaforizam a escolha do com que trabalhar como um casamento, fruto de um desejo mobilizador (A16).

A valorização e o reconhecimento também emergem, quando os sujeitos fazem uma (re)leitura temporal do trabalho, e indicam que a satisfação de que tratam é fenômeno dos tempos de liberdade, em que o trabalho não mais se estabelece socioeconomicamente via escravidão., É, porém, justamente nesse ponto que eles indicam a permanente tensão liberdade-escravidão em que o trabalho (ainda) está imerso. Destaca-se que eles circunstanciam essa contradição tomando por referência o cenário típico do trabalho na modernidade: o emprego (A15), ou, dito de outro modo, as empresas (A17). Eles argumentam que o reconhecimento, num contexto empregatício, será sempre parcial (A15), e pensam sobre ele pela lógica tipicamente empresarial da relação comercial, ao metaforizarem pelas vias do custo e do preço a obtenção do desejado reconhecimento. Ainda, se remetem a outra tensão, a do trabalho-tempo livre, recorrendo à metáfora da lavagem cerebral, a qual seria a garantidora da negação do ócio e exaltação do trabalho-na-empresa, esta tomada como fonte da valorização e do reconhecimento (A17).

Quadro 4 – Tema Imperativo Social (Unidades de sentido: VALORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO)

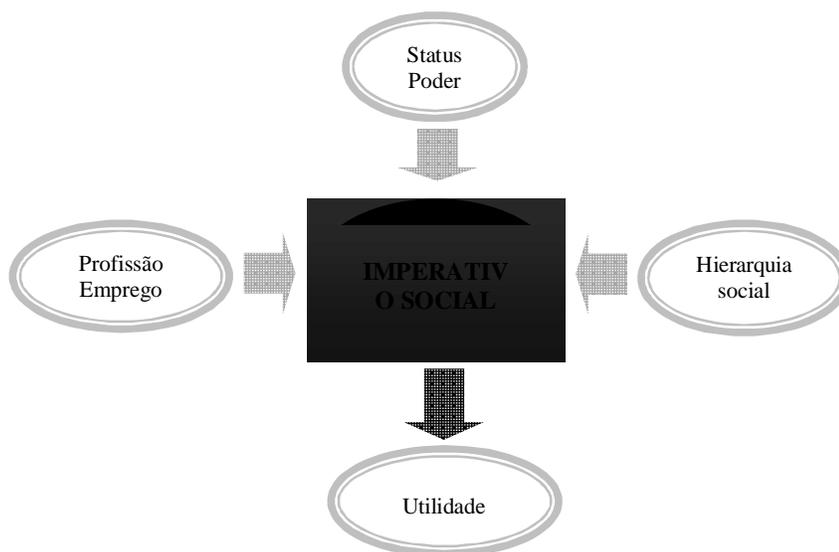
Falas estruturantes
A14. [O trabalho] é muito importante e necessário para todos, onde (sic) cada um tem habilidades e precisa desenvolvê-las, para que cada um mostre, e (sic) sinta importante para algo e, até mesmo, se sentir mais valorizado (7/11)
A15. Poderíamos também lembrar que todo o empenho dado em (sic) um emprego jamais é reconhecido em sua totalidade (5/14)
A16. De um mesmo modo (sic) que o trabalho é essencial para nós, seres humanos, nos mantermos, entra também a questão com o que devemos trabalhar, o que nos identificamos tanto assim, que desejamos fazê-lo até o final de nossos dias, podemos considerar até um tipo de casamento, não acham? (3/11)
A17. Antigamente o trabalho era visto como escravidão, hoje, para muitos, uma satisfação, o que, na verdade, poderá ter mudado? Bem, talvez a valorização, o reconhecimento ou até mesmo as pessoas. O trabalho hoje é uma forma de realização na nossa vida, uma sensação de bem consigo mesmo. Mas em algumas empresas esse reconhecimento custa bem caro, pois aprisiona seus funcionários, fazendo praticamente uma lavagem cerebral, para aquela pessoa viver intimamente ao trabalho e há pessoa que realmente é assim, não tem nenhum momento de lazer (3/6)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

4.2 Trabalho como imperativo social

Da mesma forma que ocorreu com o tema processo individual, também o tema imperativo social se desvelou pela consistência e expressividade de unidades de sentido que recorreram na narrativa, a saber: status/poder, hierarquia social, profissão/emprego e utilidade, conforme representado pela figura 2.

Figura 2 – Dimensão empírica: imperativo social



Fonte: Elaborada pelos autores

Unidades de sentido como status e poder compõem a dimensão empírica imperativo social, conforme quadro 5. O status é por eles narrado também no sentido de prestígio a ser alcançado, mas, especialmente, guarda relação com a compreensão genérica de status na sociologia, isto é, a posição ocupada pelo indivíduo em um sistema ou estrutura social (JOHNSON, 1997; LAKATOS, 1982). Embora haja um predomínio da visão de que o trabalho é importante em razão das necessidades básicas, como o próprio sustento físico e o de terceiros (A18, A19, A20, A21), nesse conjunto de unidades de sentido perpassa a ideia da importância do trabalho como forma de inserção social (A18), de valorização e poder (A18, A19, A20, A21) e de definição de um lugar na sociedade (A22). Contudo, tais relações aparentemente positivas são estabelecidas pelos sujeitos em meio a tensões conflituosas. Por exemplo, ao mesmo tempo em que destacam a possibilidade de inserção e status social por meio do trabalho, eles também o relacionam a uma escravização do homem, e circunstanciam sócio-historicamente tal processo fazendo referência ao mundo do trabalho industrial (A19). Assim, eles dão um sentido muito próprio à forma e preço da inserção e posição na sociedade em que vivem. Outra tensão se manifesta na equiparação que eles fazem de trabalho a bem-estar, em diversas dimensões, especialmente na esfera social, e, paralelamente, destacam a pressão que essa mesma sociedade exerce sobre os indivíduos em relação a ter ou não trabalho (A20). Assim, o trabalho é narrado por eles como fator definidor de sua inserção ou não na sociedade, e, se a inserção se efetiva, que posição se ocupa.

Quadro 5 – Tema imperativo social (unidades de sentido: STATUS, PODER)

Falas estruturantes
A18. O trabalho, além de mais uma forma de se inserir na sociedade, é uma busca pela satisfação das necessidades, que vão das básicas, como alimento, roupas, etc., até a pessoais, como realização profissional e ego – status. (3/14)
A19. No século XVIII e XIX, [o trabalho] foi usado pelos donos das recém nascidas indústrias. Acho que desde então o homem é escravo do seu trabalho, que hoje, além do sustento é usado também, como meio de conseguir “status”. (3/17)
A20 Trabalho é sinônimo de dignidade, admiração, status, bem-estar físico, mental, emocional, sentimental e, acima de tudo, social. A sociedade não alivia aquela pessoa que não tem um trabalho ou algo pelo qual dependa a sua sobrevivência. (5/20)
A21. O mundo vive em uma grande corrida por bens materiais e sucesso, onde tudo isso gera ao redor de dinheiro e poder. Qualquer cidadão hoje em dia, por mais desapegado que esteja à esta coisa, precisa trabalhar para se sustentar e/ou sustentar os que vivem com ele. (3/7)
A22. As práticas trabalhistas tornaram-se um fator indispensável para o homem, visto que este, a cada dia, busca se engajar nas classes sociais. (7/2)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

É nessa mesma linha de compreensão que eles qualificam o status obtido por meio do trabalho, ao socializarem em seu discurso a unidade de sentido hierarquia social, conforme quadro 6.

Quadro 6 – Tema imperativo social (unidade de sentido: HIERARQUIA SOCIAL)

Falas estruturantes
A23. O trabalho vai além do esforço físico e mental em busca de monetização. Além de promover realização pessoal o trabalho ajuda na organização social hierárquica. A vantagem dessa realização de poder é estabelecer uma divisão – necessária – dos níveis de comando social. (3/9)
A24. Trabalho hoje, não é mais visto como uma necessidade de sustento, mas sim uma disputa entre os melhores em vários níveis e categorias nas sociedades. (5/7)
A25. Por mais estranho que seja o tipo de trabalho executado este possui valor frente a sociedade. Uns mais valorizados, outros menos, mas todos com sua importância ímpar. (7/1)
A26. Acredita-se que o trabalho que traz estabilidade financeira e reconhecimento profissional está no topo, ou pelo menos nos últimos degraus, da nossa escada profissional. (3/14)
A27. No trabalho a pessoa pode executar várias tarefas, ter um cargo a seguir, como chefe ou funcionário de uma empresa. É no trabalho que vemos o que devemos ser, um líder ou apenas mais um operário. (5/8)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Os alunos explicitam, então, como veem estruturada tal sociedade por meio do trabalho, em que o conceito de hierarquia expõe de que tipo de organização social eles falam (A23): “[...] um sistema social no qual o poder é distribuído entre diferentes camadas, pouca ambiguidade havendo sobre quem tem autoridade sobre quem” (JOHNSON, 1997, p. 124). Assim, eles legitimam discursivamente a lógica da ocupação de níveis e categorias na sociedade, por meio da disputa, numa sociedade estratificada (A24). Evocam, então, a lógica do valor social do trabalho, parecendo ser o tipo de trabalho o definidor do ajuizamento de valor de quem é melhor, e de que posição deve ocupar na sociedade (A24, A25). É nesse contexto que eles metaforizam a vida profissional nessa hierarquia social como a “subida de degraus em uma escada” (A26), dando a ideia de que “melhor é para cima”, nos níveis mais altos; e narram o trabalho como uma espécie de definidor da ocupação de cada um nesta hierarquia socioprofissional, vindo esta definição acompanhada de uma valoração qualitativa e quantitativa entre posições: ser um líder ou apenas mais um operário? (A27)

É nesse contexto social hierarquizado por meio do trabalho que eles trazem recorrentemente em sua narrativa unidades de sentido como profissão e emprego, conforme exemplificam as falas constantes no quadro 7.

Quadro 7 – Tema imperativo social (unidades de sentido: PROFISSÃO, EMPREGO)

Falas estruturantes
A28. No mundo moderno a profissão virou sinônimo de status, poder e autoridade. Portanto, antes mesmo de terem filho, os homens já fazem planos para seus herdeiros e já sonham com filhos que estudem e se tornem os melhores profissionais, sendo os melhores da área devido à importância do trabalho. [...] O trabalho passou a ser dividido por setores, carga horária, remuneração, estabilidade etc (3/1)
A29. Trabalho era um termo quase pejorativo, quando retomamos a história e identificarmos a origem da palavra. Uma escravatura, uma submissão como antigamente, hoje não é senão uma forma muito sofisticada de ganhar a vida. Trabalhar é de um lado a liberdade e a submissão dentro da sociedade de hoje. Poderíamos também lembrar que todo o empenho dado em um emprego jamais é reconhecido em sua totalidade

A30. Então, concluo que é ótimo trabalhar, mas é necessário fazê-lo com alegria, força de vontade. Caso não sinta prazer no que está executando, é preferível procurar outro emprego a permanecer no mesmo e ficar doente, pois trabalho dá trabalho, mas também tem que dar prazer (7/10)

A31. A falta de um emprego (um dos sentidos da palavra trabalho) gera desorganização e acarreta negativas consequências sociais (3/9)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Eles relacionam a possibilidade de o trabalho permitir o acesso a um lugar na sociedade, na medida em que alguém tem profissão e emprego. Destaca-se o fato de que eles acertadamente situam historicamente a profissão e o emprego no mundo moderno (A28, A29), entendendo que é no contexto da modernidade que o trabalho se manifesta socialmente atrelado ao desenvolvimento de profissões, ao fato de alguém ter um ofício tornado profissão, e que questões como as anteriormente discutidas - status e hierarquia social – se explicam pelo fato de o trabalhador, na modernidade, ter que desenvolver seu ofício em um emprego, considerando-se trabalhador aquele que tem emprego ou está empregado em algum lugar. Assim, eles parecem estabelecer uma relação de subordinação do trabalho – e do prazer ligado ao mesmo – ao emprego, ou à situação empregatícia (A30), tornando-se tal configuração profissional definidora do seu status social. A lógica de imperativo social manifesta pela unidade de sentido emprego também emerge na relação que eles estabelecem entre a falta deste e a desorganização social (A31), donde o trabalho tomado como emprego é fator de ordenamento social, na visão desses alunos. Novamente, também nessas unidades de sentido eles socializam tensões ou contradições que percebem vinculadas ao trabalho tais como: liberdade-submissão (A29), prazer-doença (A30), e as circunstanciam no contexto do trabalho que acontece no emprego.

Finalmente, o tema imperativo social é também integrado pela unidade de sentido utilidade, conforme falas do quadro 8. Os alunos apontam múltiplas utilidades do trabalho, desde aspectos cognitivos e sociais, como aprendizagem, interação e socialização (A32), a dimensões como finanças pessoais (A32, A36) e economia (A33, A34, A35). Perpassa toda a narrativa o pensar o trabalho por uma lógica finalista, em que o mesmo sempre deveria servir ou ser útil para alguma coisa, não se justificando como um fim ou valor em si mesmo, mas sempre valorado por algo para além do próprio trabalho. Assim, como se fossem perguntados: “o trabalho dever ser útil para quem?”, eles respondessem: para mim (A32, A36), para a sociedade (A33, A34), para um sistema econômico específico (A35). Sobre este último, eles o abordam por uma metáfora sistêmica orgânica, pela qual o capitalismo, dada a sua natureza feroz, devesse ser permanentemente alimentado, estando aí a utilidade do próprio trabalho, ou a finalidade a que deveria se destinar numa sociedade organizada

em torno do capitalismo como sistema econômico. Nessa unidade de sentido, as tensões e contradições vêm expressas pela dúvida sobre a possibilidade de a utilidade do trabalho ser compatível com o bem-estar do trabalhador. Como não conseguem responder, acomodam a questão na instância individual (A36), como que afirmando: cada um responde por si.

Quadro 8 – Tema imperativo social (unidade de sentido: UTILIDADE)

Falas estruturantes
A32. Ele pode ser considerado um meio de interação, socialização e aprendizagem. Também podemos conceber o trabalho como uma fonte de sustento, no (sic) qual iremos receber em troca o salário (7/4)
A33. A principal função do trabalho é ser útil, exercer algo de importante para a sociedade, seja com ou sem fins lucrativos, e não apenas existir. É necessário que cada um de nós tenha uma função social (3/3)
A34. [O trabalho] é uma maneira de nos fazermos efetivos na vida em sociedade de forma a movimentar a economia (3/5)
A35. Com isso cada vez mais é preciso de (sic) trabalho e mão de obra qualificada para alimentar esse sistema selvagem que é o capitalismo (3/8)
A36. Nos dias atuais, o trabalho é tido como o meio digno de conseguir recursos financeiros para que possamos obter o necessário para nossa sobrevivência e bem-estar. Por essa razão é que, desde cedo, procuramos aprender o máximo possível durante o período escolar e durante a faculdade sobre o que nos espera no chamado "mundo dos adultos". Escolher em que área dá bom retorno financeiro? Ou seria possível unir o útil ao agradável? As respostas para essas perguntas devem ser feitas individualmente (5/2)

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

5 DISCUSSÃO E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Tomados em conjunto, os temas processo individual e imperativo social podem ser entendidos pela narrativa-síntese do alunado apresentada no quadro 9, que aponta para a centralidade (dialética) do trabalho na visão desses alunos.

Quadro 9 – Narrativa-síntese da pesquisa

O trabalho é dignidade e me traz dignidade. Nele, reconheço e busco o prazer, embora também encontre o sofrimento. Mas ele também é caminho para as realizações e satisfação que tanto almejo. Contudo, preciso reconhecer que há possibilidade de insatisfação nesta jornada, pois, no mesmo movimento que me satisfaço, também posso ser explorado. Isso compõe os custos do reconhecimento que eu tanto desejo, pois a (valor)ização tem um preço. Pela dignidade que o trabalho representa e me confere, eu posso pertencer a esta sociedade, pois, por meio dele, eu me insiro, e nela tomo lugar. Porém, ela está arrumada de determinada maneira, com a qual eu concordo que haja comandantes e comandados, devendo os melhores na disputa assumir as melhores posições, que são as mais elevadas; e entendo, portanto, que o trabalho é um dos fatores definidores dessas posições. É assim, pelo trabalho, que eu posso tomar lugar nessa sociedade hierarquizada e entendo que devo fazê-lo por meio de uma profissão, de um ofício, mas, especialmente, via um emprego, pois é este que organiza a sociedade. Se ele não existir, ela se desorganiza. Finalmente, entendo que o trabalho deve ser sempre útil; para mim, para a sociedade, para mover a economia, alimentando um sistema econômico específico - o capitalismo - que tem na empresa seu agente privilegiado, lugar onde eu desempenho funções e assumo um papel.

Fonte: Elaborado pelos autores

Os movimentos pendulares da narrativa-síntese como que explicitam as tensões que os sujeitos da pesquisa identificam no trabalho, as quais são típicas das relações dialéticas homem-mundo; que, do ponto de vista teórico, se mostra convergente à temática da centralidade do trabalho. De fato, a centralidade do trabalho se mantém pela tensão permanente entre o indivíduo e/na sociedade conforme exemplifica graficamente a figura 3.

Figura 3 – Síntese teórico-empírica da pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores

Os alunos investem numa linha argumentativa que apresenta o trabalho como fator ordenador da vida em sociedade e, portanto, de suas vidas na mesma. A evocação discursiva de temas como status, hierarquia, classes, exemplifica que seu entendimento sobre o trabalho coloca-o como um imperativo para a vida em sociedade, ao mesmo tempo em que dignidade, prazer, realização e reconhecimento remetem às demandas da esfera individual que, igualmente, são atendidas na relação homem-mundo. A consistência de suas falas remete à dimensão teórica centralidade do trabalho, já amplamente discutida pela sociologia do trabalho e, contemporaneamente, questionada pelos propagadores do fim do trabalho, como bem critica Antunes (2005, p. 23): "[...] no pensamento contemporâneo tornou-se (quase) lugar-comum falar em desaparecimento do trabalho". Contudo, esses alunos parecem (re)afirmar a centralidade do trabalho, tanto em sentido individual, sociológico, econômico, como também moral. Sobre esta última dimensão, a narrativa do alunado, especialmente quando expressa pelas unidades de sentido dignidade e dever, relembra o significado que o trabalho assumiu no início da modernidade em um contexto de valorização moral do trabalho.

Dessa forma, houve a aproximação ideológica e oportunista entre o homem moral/religioso e o homem econômico, "[...] trabalhar tornou-se a principal forma de servir a Deus, e a ociosidade foi fortemente combatida" (BENDASSOLLI, 2007, p. 65). Esses alunos parecem reafirmar parcialmente tal

discurso, na medida em que reconhecem e legitimam discursivamente a lógica social do combate ao ócio - "a sociedade não alivia aquela pessoa que não tem um trabalho (A8: 5/20)" -, mas são silentes quanto à relevância teológica ou mesmo religiosa do fato de se ter um trabalho, isto é, como uma forma de serviço a Deus; e colocam-no em termos bem mundanos, pelo qual a ética protestante, sob o capitalismo, é transformada na modernidade no conceito secular de profissão, dentro e para que um sistema econômico seja alimentado e funcione bem (BENDASSOLLI, 2007).

Posta nesses termos é que eles evocam a lógica da profissão e, mais especificamente, do emprego. Assim, uma compreensão possível é que a necessidade de ter lugar, isto é, de assumir um status na sociedade hierarquizada, pelas vias da profissão e/ou do emprego, acaba se desvelando como um conflito entre tipos possíveis de status, dos quais se destacam pelo menos dois: o status adquirido e o status situacional. Sobre o status adquirido, Lakatos (1982) argumenta que

[...] por mais rígida que seja a estratificação de uma sociedade e numerosos os status atribuídos, há sempre uma possibilidade de o indivíduo alterar seu status através de habilidade, conhecimento e capacidade pessoal. Esta conquista do status deriva, portanto, da competição entre pessoas e grupos, e constitui vitória sobre os demais. Dessa maneira, não podemos dizer que o indivíduo seja um receptor passivo de status atribuído, pois, através de suas realizações, ele pode elevar ou rebaixar sua posição na sociedade (LAKATOS, 1982, p. 96).

Esta lógica da competição para ter status ecoa na narrativa dos alunos quando eles parecem assumir o discurso do "eu posso adquirir meu status", como também, de certa forma, atribuem à educação, à formação para o "mundo dos adultos" (A36), a possibilidade de aquisição de status. Entretanto, é quando falam do trabalho tomado como emprego que eles reconhecem a possibilidade de "desorganização e negativas consequências sociais" (A31), pela falta do mesmo; ou, ainda, de limitações ao reconhecimento do seu valor, além do sofrimento, obrigação e conflitos emergentes na ambiência do emprego. Nesse ponto, a do emprego, uma compreensão possível, dada a sua emergência historicamente circunscrita aos tempos modernos, cuja dinâmica socioeconômica lhe dá contornos próprios, é que o mesmo pode implicar um conflito entre os status adquirido e situacional. Por status situacional, Johnson (1997) entende aquela

[...] posição ocupada apenas enquanto alguém está realmente em uma situação particular e representando ativamente um papel a ela associado. Nesse sentido, difere de outros status sociais que o indivíduo tem, qualquer que seja a situação em que possa se encontrar no momento. Status como "africano", "formado por universidade" etc. são posições sociais que o indivíduo conserva aonde quer que vá,

vinculados a eles como características sociais. Eles não são "formados por universidade" apenas durante alguns dias da semana. Já o status situacional é justamente isso: o indivíduo ocupa-o quando participa de uma situação, e o abandona quando deixa a situação (JOHNSON, 1997, p. 221).

A narrativa sugere que é desse tipo de status, o situacional, que eles fogem. Eles não querem deixar a situação de trabalhadores que têm emprego. Em seu discurso, eles evitam a transitoriedade de uma situação e parecem permanentemente buscar a perenidade de um status adquirido, seja por mérito; seja pelo esforço empreendido – como, por exemplo, o esforço na formação em que atualmente estão investindo; seja pela prevalência nas disputas. Eles enxergam no trabalho tal possibilidade, na medida em que o legitimam discursivamente como meio para posicionamento na sociedade hierarquizada. Todavia, reconhecem ser da lógica do emprego o desempenho de papéis que, em termo sociológicos, é entendido como um comportamento esperado daquele que ocupa determinado status, em determinado momento (JOHNSON, 1997; LAKATOS, 1982).

Então, não é propriamente da condição de ser trabalhador, ou de integrar a classe-que-vive-do-trabalho, como diria Antunes (1999, 2003, 2005), que advêm os seus infortúnios e riscos de não pertencimento à sociedade, mas do status (situacional) de empregado que, sob o sistema capitalista de produção atual, discursivamente flexível, traz a marca da transitoriedade. É nesse ponto, o da transitoriedade como marca do capitalismo flexível, que a narrativa-síntese - de alunos universitários em tempos flexíveis - mais se mostrou interessante, não somente pelo que disse, mas especialmente pelo que silenciou. Há uma consistente omissão discursiva desses alunos sobre o discurso da flexibilidade em todos os períodos pesquisados. Na narrativa como um todo perpassa um silêncio sobre o vocabulário do capitalismo atual, como: flexibilidade, mudança, inovação e incerteza dentre outros, o que causa estranheza especialmente em se tratando de alunos do curso de administração, campo do conhecimento que historicamente promove e sustenta o discurso capitalista.

Contraditoriamente, esses alunos investem num discurso que os apologistas do paradigma da flexibilidade acusariam pejorativamente de démodé, posto que excessivamente moderno. É da permanência e continuidade no trabalho-emprego que eles falam. Eles reclamam o trabalho-emprego que garanta a irreversibilidade do status adquirido e, ao mesmo tempo, parecem abrir mão do espírito empreendedor da época que, ao sabor das mudanças descontínuas, os premia apenas com o status situacional de um trabalho flexível frequentemente desvinculado do emprego formal.

Finalmente, da escuta sensível ao discurso desses alunos e da conseqüente compreensão do seu silêncio sobre o novo e de suas demandas existenciais pelo velho, cumpre interrogar: não serão velhos os novos sentidos do trabalho?

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentou e discutiu os resultados da primeira etapa de uma pesquisa de maior escopo que busca compreender as concepções de graduandos de administração sobre cinco dimensões estruturantes de sua atual formação e atuação profissional futura, a saber: trabalho, administração, administrador, universidade e organizações. Nesta fase da pesquisa, buscou-se compreender as concepções dos sujeitos sobre a dimensão Trabalho. Tal objetivo foi alcançado, primeiramente, por meio da identificação de variadas unidades de sentido que, consideradas num movimento pendular de consenso versus dissenso, homogeneidade versus ruptura, deram sentido aos temas-síntese da pesquisa: processo individual e imperativo social.

A partir da discussão dos referidos temas, uma particularidade da narrativa desses alunos se mostrou relevante e, até mesmo, diferente do que arriscavam pensar previamente os pesquisadores: esses alunos, em lugar de reproduzir e promover acriticamente o discurso contemporâneo da flexibilidade, preferem reafirmar os valores que sustentavam o discurso moderno do trabalho ou a ética e moral próprias do capitalismo em suas fases anteriores.

Os resultados certamente abrem um leque de possibilidades de aprofundamento desta pesquisa, bem como de novos estudos que tangenciem o objeto de estudo desta. Cremos que o aprofundamento desta pesquisa será possível por meio da continuidade da mesma ao discutir as informações coletadas sobre as demais categorias: administração, administrador, universidade e organizações. Espera-se, por exemplo, identificar se suas concepções das demais categorias tendem a corroborar essa perspectiva mais tradicional, ou menos flexível, que emergiu em relação à categoria trabalho. Mais ainda, espera-se compreender em que lugar eles colocam a administração, ou de que perspectiva eles olham para ela, considerando as concepções de trabalho que socializaram. Será que investirão numa concepção de administração tradicional? Semelhantemente, eles apresentarão as organizações em sentido burocrático? E, ainda, a universidade como permanecendo com o papel de formadora do administrador burocrata?

Essas são indagações que, ao mesmo tempo em que se constituem como pauta da agenda da presente pesquisa, também se abrem como possibilidades de novos estudos de outros pesquisadores que, certamente, poderão contribuir para um profícuo debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B.C.; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.1, p.3-10, jan./mar. 2003.

AKTOUF, O. Ensino de administração: por uma pedagogia para a mudança. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 12, n. 35, out./dez. 2005.

ALBANDES-MOREIRA, L.A. **An exploratory study on the nature of the representations of organization, manager and management within a group of teachers of a business school**. 2002. Tese (Doutorado em Administração) - École des Hautes Études Commerciales - Montreal, HEC.

ALBERTON, D. M. **Os sentidos atribuídos ao trabalho pelos profissionais do ramo publicitário de Porto Alegre**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Col. Primeiros Passos.

ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital** : o novo (e precário) salariedade tardio. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-trabalho-mundializacao-capital.pdf> >. Acesso em: 19 abr. 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Trabalho e superfluidez. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 2005.

ARAÚJO, R.R. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

ARENDT, H. **A condição humana**. 7. ed. RJ: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar., 2001.

BENDASSOLLI, P.F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios**: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

- COVRE, M.L.M. **A formação e a ideologia do administrador de empresa**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introduction: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs) **Handbook of qualitative research**. 2. ed. London: Sage,. 2000, p. 1-28.
- ENRIQUEZ, E. Perda do Trabalho, Perda da Identidade. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, 5(9): 53-73, jul./dez. 1999.
- FARIA, J. H. **Economia política do poder**. Curitiba: Juruá, 2004.
- FARIA, J. H.; KREMER, A. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo trabalho em transformação. **Revista de Administração**, v. 10, n. 5, set./out., 2004.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GORZ, A. **Metamorfoses do Trabalho**: Crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume: 2003.
- GURGEL, C. **A Gerência do Pensamento**: gestão contemporânea e consciência neoliberal. São Paulo: Cortez, 2003.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- JOHNSON, A. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LAKATOS, E.M. **Sociologia geral**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAVIE, J. **O amor é o crime perfeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAAR, Wolfgang Leo. **A dialética da centralidade do trabalho**. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 58, n. 4, 2006.
- Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/>> Acesso em: 20 out. 2012.
- MENDES, A.M. **Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho**. In: MENDES, A.M. (org.) *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007a. p. 29-48
- MINAYO, M.C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.4, n.10, 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm
- RAMOS, A.G. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009.
- SAVIANI, D. **Trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. Disponível em:<<http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/cornelioprocopio/arquivos/File/Ensinomedioblocos/Encontro3Otrabalhocomoprincipioeducativo.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2010.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 6. ed. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WILBERT, A.Z. **Aprendizagem nas organizações do conhecimento**: uma proposta metodológica para o processo de formação continuada. 2002. 166 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

